

Por uma história malcomportada: a historiografia antidisiplinar de Michel Foucault

For a misbehaved history: Michel Foucault's antidisiplinary historiography

Rafael Araldi Vaz^a

E-mail: araldivaz@yahoo.com.br
<https://orcid.org/0000-0003-1617-4761> 

Rodrigo Diaz de Vivar y Soler^b

E-mail: rsoler@furb.br
<https://orcid.org/0000-0001-7286-3129> 

^a Centro Universitário Facvest,
Departamento de História,
Lages, SC, Brasil

^b Universidade Regional de Blumenau,
Mestrado em Educação,
Blumenau, SC, Brasil

RESUMO

O presente artigo analisa as principais contribuições de Michel Foucault para a formulação de uma outra história possível. Apesar do título provocativo, seu objetivo é mapear aspectos centrais na historiografia de Michel Foucault os quais colocam em tensão os projetos de uma historiografia ainda pensada em termos de uma ciência do homem no tempo e fidelizada epistemologicamente ao humanismo iluminista. Passamos, assim, por alguns conceitos e categorias centrais em Foucault que rearticulam a proposta de uma arqueogenealogia histórica. Dividimos nossa exposição em dois movimentos de análise: 1. Articulações entre história, sujeito e verdade no interior do método arqueogenealógico; 2. As relações entre acontecimento, documento e arquivo como efeitos da estratégia arqueogenealógica do sujeito. Ao longo do texto, analisamos o processo de reconversão dos conceitos de história, sujeito histórico, verdade, acontecimento e documento/arquivo como efeitos de uma estratégia metodológica em franca oposição ao sujeito da razão ocidental.

PALAVRAS-CHAVE

Michel Foucault. Método genealógico. Teoria arqueológica.

ABSTRACT

This article analyzes the main contributions of Michel Foucault to the formulation of another possible history, aiming to map central aspects in the author's historiography that tension projects of a historiography still thought in terms of a science of man in time and epistemologically loyal to Enlightenment humanism. For that, we discuss some central concepts and categories proposed by Foucault that rearticulate the proposal of a historical archeogenealogy based on two movements: 1. the articulations between history, subject, and truth; and 2. the relationships between event, document, and file as effects of the subject's archeogenealogical strategy. The text will unravel the reconversion of the concepts of history, historical subject, truth, event, and document/archive as the effects of a methodological strategy directly opposed to the subject of Western reason.

KEYWORDS

Michel Foucault. Genealogical method. Archaeological theory.

Introdução

Em um curso intitulado “Por uma história malcomportada: a historiografia in(can)decente de Michel Foucault”, nos propusemos a elaborar uma discussão, sob o ponto de vista de um psicólogo/filósofo e de um historiador, que se dedicasse a pensar as dimensões de fronteira nas quais o exercício do pensamento e da prática historiográfica se configuram nas obras de Foucault. Portanto, colocamo-nos na posição de interlocutores, diagramando nossas falas a partir de três áreas distintas do conhecimento (a Psicologia, a Filosofia e a História), abordando as relações entre a elaboração de uma escrita da história (CERTEAU, 2006) e a construção de uma analítica do sujeito em Foucault. As frutificações desse diálogo resultaram no presente artigo.

Passados 36 anos de sua morte, as transformações produzidas por Michel Foucault continuam a ecoar no campo da história, sendo ainda hoje objeto de debates. Apesar de alguns historiadores resistirem a sua presença, quando não o ignorarem completamente, sob as mais diversas justificativas, a reviravolta epistemológica produzida por seus estudos jamais passou despercebida. Particularmente entre os diversos estudiosos das Ciências Humanas e Sociais. Ao elaborar uma arqueogenealogia do homem no interior das Ciências Humanas, Michel Foucault (2002) decompôs a estrutura epistêmica e as dinâmicas de poder que constituíram tal ciência como um mecanismo de fabricação do sujeito moderno. A partir de então, reconfigurou muitos dos habituais sentidos com que os historiadores definiam a história, a temporalidade, o acontecimento, a verdade, o estatuto dos conceitos de documento e de arquivo, redefinindo muitos dos procedimentos de interpretação da história e do sujeito histórico.

Procuraremos demonstrar neste ensaio como estas transformações impactaram o exercício do fazer historiográfico, do ofício do historiador, e quais caminhos foram abertos para a reelaboração do que Foucault denominou de uma “história outra” (2013). Assim, nosso foco será analisar como a operação historiográfica de Foucault se relaciona com a sua crítica do sujeito histórico moderno.

1. Arqueogenealogia de uma história (anti)disciplinar: articulações entre história, sujeito e verdade

Saber, mesmo na ordem histórica, não significa 'reencontrar' e sobretudo não significa "reencontrar-nos". A história será "efetiva" na medida em que ela reintroduzir o descontínuo em nosso próprio ser. Ela dividirá nossos sentimentos; dramatizará nossos instintos; multiplicará nosso corpo e o oporá a si mesmo. Ela não deixará nada abaixo de si que teria a tranquilidade asseguradora da vida ou da natureza; ela não se deixará levar por nenhuma obstinação muda em direção a um fim milenar. Ela aprofundará aquilo sobre o que se gosta de fazê-la repousar e se obstinará contra sua pretensa continuidade. E que o saber não é feito para compreender, ele é feito para cortar. (FOUCAULT, 2002, p.18).

A construção de uma história outra em Foucault, ou o que poderíamos denominar como uma história antidisciplinar, só se tornou possível na medida em que o reconhecimento não só da história, como também do conceito de sujeito histórico, passaram a ser compreendidos como um par indissociável na elaboração de uma política da verdade, dentro e fora das fronteiras do saber histórico acadêmico. Esse movimento observado por Foucault se tornou mais claramente demarcado a partir de seus estudos em **As palavras e a coisas** (2000) e definido com os contornos de um programa metodológico em sua obra **Arqueologia do Saber** (2014a). Enquanto na primeira fomos apresentados ao modo como os saberes das ciências do humano se constituíram como espaço de elaboração do sujeito moderno; no segundo vimos a história ser confrontada em sua estrutura enunciativa e posicionada em um tipo específico de relação com os modos de elaboração do sujeito.

Desse modo, pensar a história a partir do sujeito histórico foi o caminho apresentado por Foucault para apontar como o saber historiográfico esteve implicado na elaboração da sociedade disciplinar, cumprindo um papel na fabricação do sujeito na modernidade. É por esse motivo que afirmava que "a história só será efetiva na medida em que ela reintroduzir o descontínuo em nosso próprio ser", ou seja, a história só prestará sua função como uma prática antidisciplinar, na medida em que seja capaz de se desembaraçar dos papéis prescritos pela ciência iluminista, esse reiterado encontro com o homem universal da razão ocidental.

É por esse mesmo motivo que a crítica à ideia de continuidade em história elaborada por Foucault não foi uma querela sobre o tempo propriamente, entre *longue durée* e acontecimento, mas sobre a condição do sujeito e suas formas de constituição.

Ao reconhecer na continuidade histórica o equivalente à identidade do sujeito, Foucault reafirmava sua própria posição de abordagem sobre o que possa(m) ser a(s) prática(s) historiográfica(s).

A história contínua é o correlato indispensável à função fundadora do sujeito: a garantia de que tudo que lhe escapou poderá ser devolvido, a certeza de que o tempo nada dispersará sem reconstituí-lo a uma unidade recomposta; a promessa de que o sujeito poderá, um dia – sob a forma da consciência histórica – se apropriar, novamente, de todas essas coisas mantidas à distância pela diferença, restaurar seu domínio sobre elas e encontrar o que se pode chamar sua morada. Fazer da análise histórica o discurso do contínuo e fazer da consciência humana o sujeito originário de todo o devir e de toda prática são as duas faces de um mesmo sistema de pensamento. O tempo é aí concebido em termos de totalização, onde as revoluções jamais passam de tomadas de consciência (FOUCAULT, 2014a, p. 15).

A formulação de uma descontinuidade histórica, de um saber feito para cortar, parte da hipótese de que o sujeito histórico está implicado, senão enredado internamente, na formulação do saber historiográfico. Implicado não somente como um efeito de um tipo de saber, mas como a base concreta na qual as principais formas de saber histórico, como o historicismo e o materialismo histórico, organizam sua própria historicidade. Como enunciado em **As palavras e as coisas**, ao se libertarem das homologias entre significante/significado do período clássico, as ciências humanas e a história em particular julgaram encontrar no real as formas concretas e materiais da vida humana (FOUCAULT, 2000, p. 512). Foram, assim, lançadas em um tipo novo de formulação, na qual a palavra se dedica a representar enfaticamente as coisas do mundo e seus sujeitos. Deriva daí todas as experiências historiográficas que acreditam deduzir o mundo ou representá-lo, mas que de fato gravam, imprimem e formulam no mundo formas muito precisas do sujeito ser na e para a história. De onde a história, propriamente, passa a ser reconhecida como um elemento concreto e real, uma plataforma da vida civilizada, em que as variáveis do tempo, do espaço e do sujeito se enredam em teleologias e soteriologias, as quais imprimem sentido e, não menos, formas de governamentalidade à própria vida.

É a partir de tais constatações que Foucault nos convida a pensar diferente, a partir de uma abordagem que abre espaço para questões que nos parecem centrais para o pensamento historiográfico contemporâneo. Desse modo, podemos perguntar: como a história como campo do saber constitui e constituiu o sujeito? Como os métodos,

procedimentos, conceitos, como as epistemes da história fabricaram e refabricam continuamente as formas do sujeito da razão ocidental? Portanto, a questão colocada aqui não é tanto a respeito dos protocolos e regramentos do método histórico, mas de como tais protocolos e regramentos refletem formas específicas de compreensão e reafirmação do sujeito histórico, particularmente do sujeito da razão ocidental. Pode-se dizer que, mesmo diante das reformulações, crises e inumeráveis viradas epistemológicas nas quais os historiadores se viram implicados, mesmo diante do acolhimento da crítica foucaultiana ou da elaboração de novos objetos, novos problemas e novas abordagens (LE GOFF, 1976), precisamos ainda pensar em que medida os historiadores replicaram e replicam uma história que reafirma velhos e novos sujeitos, ainda aprisionados aos conceitos da racionalidade ocidental e aos regimes de verdade a ela vinculados.

É nesse sentido que a história como continuidade é uma simulação de identidade, que tem na ideia de origem o seu fundamento causal. A história que se coloca ao lado da continuidade dá apoio ao sujeito da razão ocidental e, por sua vez, ao sujeito disciplinar, pois é responsável por aprisionar os atores históricos nos lugares de identidade por ela fornecidos. A busca de Foucault por desenredar a vida humana desse tipo de história é o equivalente a libertar o sujeito de uma verdade que o encerra, a qual prescreve um lugar de ação e de enunciação no qual o sujeito se encontra enredado. Dois eixos de análise derivam dessa perspectiva: a necessidade de uma compreensão dos modos de elaboração da verdade no conhecimento histórico; e a elaboração de uma história da subjetividade, a qual compreenda os modos de operação desta verdade no sujeito, sem nela se basear. Em ambos os casos, trata-se de uma estratégia de análise que procura abordar o conhecimento do lado de fora, ou seja, compreendendo-o fora de sua estrutura institucional, reconhecendo-o, portanto, como invenção.

Recordamos, então, uma das análises de Michel Foucault (2014b) sobre a natureza do conhecimento e seu caráter de inventividade, através de uma conferência proferida na Universidade de McGill (Montreal) em abril de 1971, intitulada **Como pensar a história da verdade com Nietzsche sem basear-se na verdade**. Referindo-se ao termo *erfindung* (invenção), retirado de uma das passagens do texto **Sobre verdade e mentira no sentido extramoral** (NIETZSCHE, 1983), diz Foucault que o conhecimento ser uma invenção significa:

que ele não está inserido na natureza humana, que não constitui o mais antigo instinto do homem. Mas, principalmente, que sua possibilidade não é definida por sua própria forma.

A possibilidade do conhecimento não é uma lei formal; ele encontra sua possibilidade num espaço de jogo em que está em causa algo muito diferente dele, ou seja: instintos, e não razão, saber ou experiência; dúvida, negação, dissolução, contemporização, e não afirmação, certeza, conquista, serenidade (FOUCAULT, 2014b, p. 184).

Conforme observado por Foucault, Nietzsche opera, em sua análise, um deslocamento no modo como se concebeu a teoria do conhecimento até Kant, em que predominou a relação pura e estável entre sujeito e objeto. Ao questionar a “natureza humana” do conhecimento, recorda que o conhecimento não é da ordem de uma lei natural ou de um instinto. O que o fabrica, o que lhe fornece as condições de sua emergência, é menos o resultado de uma faculdade natural, instintiva, espontânea, mas sim o desdobramento de uma luta, de uma batalha travada entre os instintos, o que não supõe que o conhecimento seja instinto, mas um estado em que o pacto entre os diferentes e mais violentos instintos fora selado. Pelo momento, basta que se recorde que a única “natureza” do conhecimento é sua condição de fabricação, sua inventividade, aquilo que Nietzsche denomina de *erfindung*, em contraposição à ideia de origem ou *ursprung*. O conhecimento, nesse sentido, não é atributo da natureza humana, uma faculdade adquirida, pleiteada ou simplesmente recebida, mas um desdobramento inaudito dos combates da vida e pela vida, convertido em uma luta pelo significado e sentido mesmo da vida (FOUCAULT, 2014b). Fica exposta, nessa passagem, a crítica às filosofias da modernidade, de Descartes ao idealismo kantiano, passando pelo desmonte da crença iluminista, da qual deriva a confiança nas virtudes e capacidades do conhecimento humano predominante nas ciências do século XIX.

Ao conferir às ciências humanas no século XIX o papel de criadoras do homem, Foucault se aproximou em um movimento duplo da filosofia de Nietzsche, ao fixar ao seu procedimento de análise ou a sua analítica o papel de uma genealogia (não mais da moral, mas do poder) e ao unir à morte de Deus o nascimento do Homem como fenômeno da modernidade. A história como campo do conhecimento emerge no interior dessa batalha.

As lutas entre crença e razão, mito e ciência, literatura e história, e esquerda e direita emergem como desdobramentos do mesmo dilema imposto pela modernidade: a dualidade. A mesma dualidade herdada do pensamento cristão entre o bem e o mal, entre Deus e o Diabo, responsáveis por ordenar a estrutura epistemológica de leitura da realidade do homem ocidental (FOUCAULT, 2012). No interior desse jogo binário, o elemento ternário seria relegado à sombra das instituições de confinamento: o fanático, o louco, o possesso, o monstro, o onanista e o hermafrodita

são sintomas de uma política de identidade, a qual reconhece a verdade dos sujeitos apenas dentro desse mesmo esquema binário e normalizador: entre o normal e o patológico (FOUCAULT, 2001b; 1987). O conhecimento científico moderno do qual a história passa a fazer parte está, portanto, entranhado no interior desta estrutura. Tudo o que foge desses princípios é relegado à sombra da anomia, do caos, da abjeção, do inominável ou do fora do discurso. Eis aí um dos efeitos epistemológicos da manutenção do sujeito da razão ocidental no interior do discurso da história.

A genealogia proposta por Michel Foucault, portanto, impõe-se como método-estratégia, o qual, ao dar um passo atrás, procura observar o que se passa na estrutura desse jogo binário, abordando-o externamente, sem reconhecer a institucionalidade de suas verdades, de modo a abrir passagem para outras formas de elaboração da verdade, despidas das políticas de identidade, as quais posicionam o que está dentro e o que está fora do jogo binário de elaboração das formas de saber e dos sujeitos por elas constituídos. Nas palavras de Foucault (2008, p. 160):

trata-se menos de um método do que de um ponto de vista, de um acomodamento do olhar, uma maneira de fazer o suporte das coisas girar pelo deslocamento de quem as observa. Ora, parece-me que tal deslocamento produz certo número de efeitos que merecem, se não ser conservados a qualquer preço, pelo menos mantidos o máximo que se puder.

Quais são esses efeitos?

a. Desinstitucionalizando e desfuncionalizando as relações de poder pode-se estabelecer sua genealogia, isto é, a maneira como elas se formam, se conectam, se desenvolvem, se multiplicam, se transformam a partir de algo totalmente diferente delas mesmas, a partir de processos que são totalmente diferentes das relações de poder. [...] Não a gênese: a filiação. Para escapar da circularidade que remete à análise das relações de poder de uma instituição a outra, só aprendendo-as onde elas constituem técnicas com valor operatório em processos múltiplos.

b. Desinstitucionalizando e desfuncionalizando as relações de poder, pode-se ver em que e por que elas são instáveis.

A implicação dessa forma de abordagem genealógica para a história é radical e transformadora, uma vez que a prática epistemológica do não reconhecimento (própria à estratégia genealógica) produz um estranhamento não apenas com a forma de

organização dos discursos e das formas de poder da modernidade, mas também com relação à normalidade das práticas científicas da história.

2. A história do lado de fora: as relações entre acontecimento, documento e arquivo como efeitos da estratégia arqueogenealógica do sujeito

É preciso entender por acontecimento não uma decisão, um tratado, um reino, ou uma batalha, mas uma relação de forças que se inverte, um poder confiscado, um vocabulário retomado e voltado contra seus utilizadores, uma dominação que se enfraquece, se distende, se envenena e uma outra que faz sua entrada, mascarada. As forças que se encontram em jogo na história não obedecem nem a uma destinação, nem a uma mecânica, mas ao acaso da luta. Elas não se manifestam como formas sucessivas de uma intenção primordial; como também não têm o aspecto de um resultado. Elas aparecem sempre na área singular do acontecimento. [...] É preciso ainda compreender este acaso não como um simples sorteio, mas como o risco sempre renovado da vontade de potência que a todo surgimento do acaso opõe, para controlá-lo, o risco de um acaso ainda maior.
(FOUCAULT, 2002, p. 18).

Ao procurar uma história que não reproduzisse a identificação com o sujeito da razão ocidental, Foucault entabulou através de sua arqueogenealogia o que se poderia denominar de uma história do lado de fora. A essa estratégia, esse posicionamento externo do olhar, Foucault irá denominar de “pensamento do exterior” (FOUCAULT, 2001b, p. 223-246). Sob a inspiração de Maurice Blanchot, designara essa estratégia de pensamento como uma metáfora oposta ao pensamento interior, reflexivo, que se identifica com o sujeito e com sua subjetividade. Nesse sentido, o pensamento do exterior é o pensamento que não procura na linguagem a identidade, o mesmo, mas se articula no que se encontra fora da linguagem, o qual, por não estar nela inscrito, pode abrir espaço para a construção de um pensamento outro e de políticas de resistência diversas (FOUCAULT, 2001b). De outra forma, é um modo de análise que não indaga da verdade do sujeito ou dos fatos, não procura como na hermenêutica cristã o mais profundo do sujeito (FOUCAULT, 2010a), nem mesmo uma busca exaustiva pela verdade última. É uma estratégia que lança um olhar sobre os fenômenos de superfície, buscando nas articulações da linguagem, no cruzamento entre diferentes epistemes, diferentes saberes, redes de associações que permitam que determinada verdade emergja e ganhe em funcionalidade, em operabilidade, enfim, ganhe em poder.

Dois efeitos conjuntos passam a se desenhar à medida que Foucault passa a elaborar tal estratégia de pesquisa: uma hipervalorização da singularidade dos acontecimentos históricos e uma compreensão não hermenêutica do documento histórico. É importante notar que ambos os efeitos se encontram colocados no horizonte de uma problemática do sujeito e de uma história dos modos de subjetivação. Portanto, não se trata de uma simples escolha metodológica relativa ao tipo de objeto estudado, mas de uma estratégia política e epistemológica vinculada a uma percepção alerta aos dilemas do sujeito da racionalidade moderna. Sujeito que Foucault irá abordar de modos distintos ao longo de toda sua produção intelectual. Mas, o qual se tornará mais visível em sua estratégia de pesquisa durante a década de 1970, quando irá desenvolver sua genealogia do poder e da ética (FOUCAULT, 2010a; 2010b).

Nessa fase, é possível ver com maior clareza as tecnologias responsáveis por elaborar o sujeito da moderna racionalidade ocidental, como as práticas de confissão, o exame e a direção de consciência, nas quais Foucault irá se debruçar à medida que desenvolve o seu projeto de uma história da sexualidade (FOUCAULT, 1988). Os desdobramentos desse amplo projeto irão se converter em uma genealogia que irá recuar até os filósofos gregos para cartografar uma história da subjetividade do homem ocidental, a qual, a partir de 1976 (FOUCAULT, 2010a; 2010b), irá passar pelo estudo das técnicas e dos dispositivos do poder pastoral cristão, consolidando um estudo bastante aprofundado sobre um tipo específico de prática de subjetivação: a “hermenêutica do eu profundo”.

Do mesmo modo como Foucault procurou estudar a genealogia das práticas hermenêuticas do eu profundo do sujeito ocidental, a problematização e a abordagem desenvolvida por ele acerca do documento histórico passam a reconhecê-lo como peça integrante na elaboração da verdade do sujeito. Assim, é imperioso abordá-lo de forma exterior ao modo de operação dessa tecnologia de saber. Portanto, o documento como objeto de uma atividade hermenêutica, que supõe extrair uma confissão, uma decifração, um motivo oculto, uma intenção que se esconde por trás ou nas entrelinhas do texto, passa a ser absolutamente questionado. Essa estratégia metodológica, arqueogenealógica, permite que o documento seja tratado como um efeito de superfície, menos como um objeto a partir do qual se realizaria uma atividade decifrativa ou uma representação remissiva daquilo que se encontraria em outro lugar.

Daí deriva o modo como Foucault compreende a opacidade do documento histórico. Não que se trate de uma impossibilidade cognitiva absoluta, de tradução ou representação, mas de que o saber em questão emerge na feitura do documento e em seus usos, constituindo um acontecimento. Assim, o próprio documento se converte em dispositivo de poder e, portanto, em acontecimento. Foucault, desse modo,

furta-se do trabalho recitativo de uma certa tradição decifrativa na história do pensamento europeu. Essa tradição hermenêutica que pressupõe decifrar o funcionamento natural e histórico do mundo. Foucault escolhe se distanciar dessa perspectiva, para capturar as emergências singulares que os documentos testemunham. Nos próprios termos empregados por Foucault, para capturar o arquivo de enunciados de que o documento é expressão (2014a). Para Castro (2016)

Em Foucault, o termo 'arquivo' não faz referência, como na linguagem corrente, nem ao conjunto de documentos que uma cultura guarda como memória e testemunho de seu passado, nem à instituição encarregada de conservá-los. 'O arquivo é, antes de tudo, a lei do que pode ser dito, o sistema que rege o surgimento dos enunciados como acontecimentos singulares' (FOUCAULT). O arquivo é, em outras palavras, o sistema das condições históricas de possibilidade dos enunciados. Com efeito, os enunciados, considerados como acontecimentos discursivos, não são nem a mera transcrição do pensamento em discurso, nem apenas o jogo das circunstâncias. Os enunciados como acontecimentos possuem uma regularidade que lhe é própria, que rege sua formação e suas transformações. Por isso, o arquivo determina também, desse modo, que os enunciados não se acumulem em uma multidão amorfa ou se inscrevam simplesmente em uma linearidade sem ruptura (CASTRO, 2016, p. 43).

Dessa abordagem sobre a relação entre documento e arquivo, se desdobram duas importantes reflexões. Em primeiro lugar, o arquivo em sua condição política e epistemológica de acontecimento. Nesse sentido, compreende-se que as narrativas históricas têm como premissa acordos que antecedem o seu surgimento, sua emergência. Baseiam-se na distribuição de um poder arquivístico, o qual cumpre o papel de uma tecnologia de governo, na medida em que pretende gerir um determinado regime de verdade. Esse arquivo/documento, aprioristicamente, não expõe as regras de sua operação (CERTEAU, 2006), não se deixa perceber tão facilmente, posto que seus acordos, finalidades e intenções, marcantes em seu processo de feitura, não se dão a ver. É apenas o seu formato final, que simula o seu sentido como obra, como livro, como biografia, como documento, que supõe encerrar em um ponto final o jogo de luz e sombra de sua operação. Em outros termos, a regra de seleção e descarte percorre sua superfície de montagem. Entretanto, sua bricolagem é rudimentar, sua operação sedimentar, de modo que, no rastreamento de seus detritos, poderão ser encontrados pontos de erosão, matizes a céu aberto, de onde uma escavação arqueológica (FOUCAULT, 2014a) pode melhor se posicionar.

Em segundo lugar, como mencionado, a acepção da palavra arquivo em Foucault pode não se tratar de um lugar ou suporte documental, mas da lei que rege o surgimento e ordenamento dos enunciados como acontecimentos singulares (CASTRO, 2016, p. 43). Nesse sentido, o arquivo é a ordem de um saber ou de um conjunto de saberes que regula as condições de dizibilidade, de quais enunciados podem ser convocados, perfilados, posicionados e colocados em contato mútuo. Desse modo, regula as regras do que é enunciado por um saber e de como e quando tais enunciados devem entrar em vigor. Trata-se, portanto, mais de um sistema que regula e gerencia o uso dos enunciados e as relações de sentido e poder que se podem estabelecer através deles, menos de um lugar instituído de resguardo da memória.

Assim, o que Foucault propõe como historiador é uma atividade (re)criativa do documento histórico, que o tome a partir de onde ele não se pressupõe, nem como suporte da memória, nem como indício, índice ou representação de um passado que poderá ser remontado através de uma atividade decifrativa ou indiciária (GINZBURG, 2009). Portanto, um documento que possa ser inteiramente tomado como acontecimento. Um acontecimento que é a própria emergência discursiva dos jogos de poder/saber, materializados na superfície dos textos documentais, os quais carregam consigo um imenso arquivo de enunciados. Nesse sentido, documento e acontecimento se hibridizam e se co(n)fundem. Assim, pode se dizer que o documento é a própria história em (re)elaboração. Assim, como afirma Durval Muniz de Albuquerque Júnior (2007, p 151):

É vasculhando as camadas constitutivas de um dado saber, de um dado acontecimento, de um dado fato, que podemos apreender o movimento de seu aparecimento, aproximarmo-nos do momento em que foi ganhando consistência, visibilidade e dizibilidade, foi emergindo como as duras conchas emergem do trabalho lento de petrificação do lamaçal do mangue. Os fatos históricos seriam como arrecifes, nascidos do paciente trabalho de aglutinação de detritos, da dispersão de práticas e discursos que vão se cristalizando e delineando o relevo do passado que, embora nos apareça inteiriço e sem fissuras, guarda no seu interior, para um curioso arqueólogo, movimentos tectônicos incessantes, vagas e estremecimentos que ameaçam fazer voltar, ao fluxo do tempo, aquelas cristalizações.

O que procuramos demonstrar, portanto, é que esse conjunto de inflexões produzidas nos estudos de Foucault foram responsáveis não só por “revolucionar a história” (VEYNE, 1995) como campo, bem como seus objetos, métodos e abordagens. Ao contrário, as inflexões geradas pelo movimento de análise proposto por Foucault foi um desdobramento necessário a uma ação política e epistemológica que visava

desenredar, destamar o sujeito ocidental de uma racionalidade reguladora, normativa e disciplinar. Nesse sentido, tornou-se imperativo estabelecer uma crítica concisa contra uma história compreendida como sinônimo do homem da razão ocidental. História na qual os historiadores encontrariam os mesmos sujeitos em sua luta contínua por emancipação no passado, impondo a sombra de uma mesma identidade aos sujeitos do presente. História em que a regularidade e a permanência se sobreporiam aos acidentes e desvios, simulando uma história lisa, sem estrias e vãos, linear, teleológica, consciente, racionalista e sempre compreensível. A história em Foucault é um desvio contínuo em direção a um outro que não se sabe quem é, um outro fora de si e em si mesmo, no passado e no presente. Por esse mesmo motivo, a história como desvio em Foucault é a história dos desviantes, das singularidades errantes, não explicáveis, inapreensíveis pelos discursos e regimes de verdade que lhes são contemporâneos.

Por fim, podemos afirmar que, como autor, sua prática historiográfica foi um exercício de subjetivação que o implicou como escritor e sujeito, uma prática de liberdade, que visava reelaborar uma outra história possível, a qual não se impusesse como uma plataforma contínua da vida humana e na qual o humano não fosse deduzido como um fundamento antropológico e antropocêntrico. Pode-se mesmo dizer que Foucault tenha realizado uma história sem o homem, na medida em que o questionamento da natureza humana, biológica, social ou cultural, tenham sido problematizadas até sua total desintegração e desidentificação. Assim, ao se desprender do sujeito da razão ocidental e, por sua vez, dos procedimentos metodológicos, discursivos, bem como das tecnologias de subjetivação que o constituíram e aprisionaram, sua história foi radicalmente uma história insurrecional e antidisciplinar.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz de. **História**: a arte de inventar o passado. Ensaios de teoria da história. Bauru: Edusc, 2007.

CASTRO, Edgardo. **Vocabulário de Foucault**. Um percurso pelos seus temas, conceitos e autores. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2016.

CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

LE GOFF, Jacques. **História**: novos objetos. Rio de Janeiro: F. Alves, 1976.

FOUCAULT, Michel. **A Arqueologia do Saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2014a [1969].

FOUCAULT, Michel. **A Hermenêutica do Sujeito**. São Paulo: Martins Fontes, 2010a.

FOUCAULT, Michel. **As palavras e as coisas**. São Paulo: Martins Fontes, 2000 [1966].

FOUCAULT, Michel. **Aulas sobre a vontade de saber**. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2014b.

FOUCAULT, Michel. **Ditos e escritos III** – Estética: literatura e pintura, música e cinema. Rio de Janeiro: Forense Universitária: 2001a.

FOUCAULT, Michel. **História da loucura na Idade Clássica**. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 1987.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade: a vontade de saber**. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Graal, 2002.

FOUCAULT, Michel. **O Corpo Utópico, As Heterotopias**. São Paulo: n1 Edições, 2013.

FOUCAULT, Michel. **O Governo de Si e dos Outros**. São Paulo: WMF, Martins Fontes, 2010b.

FOUCAULT, Michel. **Os Anormais**. São Paulo: Martins Fontes, 2001b.

FOUCAULT, Michel. *Omnès et Singulatim: uma crítica da razão política*. In: FOUCAULT, Michel. **Ditos e Escritos IV**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012. p. 348-378.

FOUCAULT, Michel. **Segurança, Território, População**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

GINZBURG, Carlo. Sinais: Raízes de um paradigma indiciário. In: GINZBURG, Carlo. **Mitos, Emblemas, Sinais: morfologia e história**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009. p. 143-179.

NIETZSCHE, Friedrich William. Sobre verdade e mentira no sentido extramoral. *In*: NIETZSCHE, Friedrich William. **Obras incompletas**. São Paulo: Abril Cultural, 1983. p. 43-52.

VEYNE, Paul. **Como se escreve a história/ Foucault revoluciona a história**. Brasília: UnB, 1995.

INFORMAÇÕES ADICIONAIS

BIOGRAFIA PROFISSIONAL

Rafael Araldi Vaz é bacharel em História pela Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), mestre e doutor em História pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Professor do Departamento de História do Centro Universitário Facvest (UNIFACVEST). Professor efetivo do magistério público estadual de Santa Catarina. Pesquisador colaborador do Laboratório de Religiosidade e Cultura (LARC) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Desenvolve pesquisas sobre: religião e religiosidades, imaginários religiosos e práticas de subjetivação, teoria e metodologia da história, com ênfase nos estudos de Michel Foucault.

Rodrigo Diaz de Vivar y Soler é bacharel em Psicologia pela Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC), mestre em Psicologia pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e doutor em Filosofia pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS). É professor permanente do Mestrado em Educação da Universidade Regional de Blumenau (FURB) onde desenvolve pesquisas ligadas aos pensamentos de Foucault, Deleuze e Agamben.

ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA

Rafael Araldi Vaz, Avenida Marechal Floriano, n. 947, Centro, Lages, SC, Cep 88501-100, Brasil.

FINANCIAMENTO

Não se aplica.

CONTRIBUIÇÃO DE AUTORIA CRediT

Conceituação (Conceptualization): SOLER, Rodrigo; VAZ, Rafael Araldi

Curadoria de dados (Data curation): SOLER, Rodrigo; VAZ, Rafael Araldi

Investigação (Investigation): SOLER, Rodrigo; VAZ, Rafael Araldi

Escrita – rascunho original (Writing – original draft): SOLER, Rodrigo; VAZ, Rafael Araldi

Escrita – revisão e edição da versão final (Writing – review & editing): SOLER, Rodrigo; VAZ, Rafael Araldi

CONFLITO DE INTERESSE

Nenhum conflito de interesse declarado.

APROVAÇÃO EM COMITÊ DE ÉTICA

Não se aplica.

MODALIDADE DE AVALIAÇÃO

Duplo-cega por pares.

EDITORES RESPONSÁVEIS

Alexandre Avelar – Editor convidado

Breno Mendes – Editor Executivo

Lidiane Soares Rodrigues – Editora convidada

María Inés Mudrovcic – Editora convidada

DIREITOS AUTORAIS

Copyright (c) 2021 Rafael Araldi Vaz, Rodrigo Diaz de Vivar y Soler.

LICENÇA

Este é um artigo distribuído em Acesso Aberto sob os termos da [Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

HISTÓRICO DE AVALIAÇÃO

Recebido em: 31 de agosto de 2020.

Aprovado em: 2 de abril de 2021.